

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 512.220 - RJ (2019/0150477-7)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

**REQUERENTE : ANA GRASIELLA MOREIRA FIGUEIREDO  
MAGALHAES**

**ADVOGADOS : SERGIO MAZZILLO - RJ025538  
HARIMAN ANTONIO DIAS DE ARAÚJO - RJ099893  
GUILHERME HENRIQUE GOMES MACEDO - RJ172833  
LUCAS GUIMARÃES ROCHA - RJ172721  
ISABELA QUINTANILHA CELANO - RJ159437  
FILIPA DE MARTINS HENRIQUES - RJ218221**

**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO**

**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO**

**EMENTA**

RECONSIDERAÇÃO DE DECISÃO TERMINATIVA. PEDIDO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. VIABILIDADE. PENDÊNCIA DE JULGAMENTO O AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO NA ORIGEM. NÃO CONHECIMENTO DO *WRIT*. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Consoante a firme jurisprudência desta Corte Superior, em observância aos princípios da fungibilidade, da instrumentalidade das formas, da ampla defesa e da efetividade do processo, admite-se como agravo regimental a impugnação que, apresentada dentro do quinquídio legal, tenha o nítido intento de reverter decisão unipessoal de cunho terminativo.

2. Pendente de julgamento o agravo regimental originalmente interposto contra decisão de Desembargador relator em feito no âmbito de competência originária, não pode o afastamento da paciente de cargo público ser, simultaneamente, objeto de análise por esta Corte Superior.

3. A defesa é livre para estabelecer suas estratégias, mas forçoso é dizer que lhe cabe arcar com o ônus de suas opções, sem prejuízo futuro de exame mais acurado da insurgência, em eventual impetração que venha a ser aforada, já a partir da decisão colegiada do Tribunal *a quo*.

4. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental.

Recurso não provido.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, receber o pedido de reconsideração como agravo regimental, ao qual negar provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 06 de junho de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

